

Aviso para apresentação de candidaturas

Código do aviso ACORES2030-2025-13

Data de publicação 25/07/2025

Natureza do aviso Concurso

Âmbito de atuação: Operações

Aprovado pelo SRFPAP a 22/07/2025

Designação do aviso

Infraestruturas Escolares da Primeira Infância

Apoio para

Infraestruturas Escolares da Primeira Infância

Ações abrangidas por este aviso

No âmbito do presente Aviso para apresentação de candidaturas serão apoiadas as seguintes tipologias de ação do Programa Açores 2030:

Investir nas infraestruturas escolares da primeira infância (ex., creches e Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL)) que contribuirão para o aumento da igualdade no acesso a essas respostas e têm um impacto expectável também na melhoria da conciliação da vida pessoal com a atividade profissional.

Entidades que se podem candidatar

Administração Pública Regional

Área geográfica abrangida

Região Autónoma dos Açores

Período de candidaturas

25/07/2025 a 31/12/2025



O aviso fecha no dia 31/12/2025 às 18h00 de Portugal continental, ou seja, às 17h00 dos Açores.

Dotação fundo indicativa disponível neste aviso

5.000.000,00€

Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento

FEDER

85 %

Programa financiador

Programa Regional dos Açores 2021-2027

Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio

Autoridade de Gestão do Programa Regional dos Açores 2021-2027: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Contactos para mais informações

Linha dos Fundos 800 10 35 10 (09:00-18:00h - gratuito)

Correio eletrónico: linhadosfundos@linhadosfundos.pt

Programa Regional dos Açores 2021-2027

Telefone: +351 295 206 380

Correio eletrónico: gestao.acores2030@azores.gov.pt

Finalidades e objetivos

O AP do Portugal 2030 associa o OE 4.2 ao esforço de combater problemas estruturais de baixas qualificações, assim como fazer face aos desafios resultantes da pandemia e da transição digital. Nesse sentido, as ações a apoiar no âmbito do presente OE contribuirão ativamente para o apoio à educação de qualidade, à igualdade de acesso a serviços educativos e à promoção de uma sociedade de conhecimento e mais digitalizada.

A estratégia a prosseguir prioriza a necessidade de requalificar as infraestruturas do sistema educativo e de implementar opções de ensino à distância. Os desafios a enfrentar implicam um maior investimento na promoção de um sistema educativo mais equitativo e resiliente, que aposte na diversificação da oferta formativa e preparação de recursos humanos para as tendências relevantes no panorama nacional e internacional. Neste sentido, irá apostar-se na qualidade das infraestruturas e recursos pedagógicos, tornando-os mais acessíveis e mais ajustados às tendências de afirmação da digitalização e da transição climática.

Desta forma, pretende-se colocar as pessoas em primeiro plano e promover um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo, através do sistema de educação. A segunda prioridade visa promover iniciativas e programas que potenciem a diferenciação dos Açores, com o intuito de tornar a RAA mais competitiva e capaz de fixar recursos humanos cada vez mais qualificados.

Dotação

Programa	Programa Regional dos Açores 2021-2027			
Prioridade do Programa	Prioridade: 4A. Qualificação e Emprego			
Objetivos específicos	RSO4.2. Infraestruturas de educação e formação			
Tipologia de ação	RSO4.2-01. Ensino pré-escolar, básico e secundário			
Tipologia de intervenção	RSO4.2-01-01. Ensino pré-escolar, básico e secundário			
Tipologia de operação	4501 Infraestruturas do pré-escolar 4502 Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário 4503 Equipamento e tecnologia 4504 Creches (RAA)			
Fundo	Dotação Fundo	Taxa Máxima	Dotação Nacional	Fonte de Financiamento Nacional disponível
FEDER	5.000.000,00	85%	N.A.	N.A.
Dotação Global	5.000.000,00	85%	N.A.	N.A.

Enquadramento em instrumentos territoriais

Não aplicável.

Legislação nacional

Tem política pública regulada ou contribui para uma Agenda ou Estratégia Nacional?

- ☐ Não
- ☒ Sim. Qual? Estratégia da Educação Açores 2030

Tem regulamento específico?

- ☒ Não
- ☐ Sim. Qual?

Ações elegíveis do Programa Açores 2030

No âmbito do presente Aviso para apresentação de candidaturas serão apoiadas as seguintes tipologias de ação do Programa Açores 2030:

Investir nas infraestruturas escolares da primeira infância (ex., creches e Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL)) que contribuirão para o aumento da igualdade no acesso a essas respostas e têm um impacto expectável também na melhoria da conciliação da vida pessoal com a atividade profissional.

Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

Administração Pública Regional

Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações

O beneficiário terá de assegurar o cumprimento das obrigações gerais e dos requisitos de elegibilidade definidos nos artigos 4.º, 14.º, e 15.º do Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030. Aplicam-se ainda as disposições constantes do artigo 16º do mesmo diploma em matéria de impedimentos e condicionamentos.

1. Deverá o beneficiário assegurar também o cumprimento das seguintes condições:

a) Enquadramento do beneficiário e da atividade a desenvolver em sede do IVA.

2. Deverá a operação assegurar para além do disposto no art.º 19.º do Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março, o cumprimento das seguintes condições:

a) O custo total mínimo da operação deverá ser superior a 200.000 euros;

b) Enquadramento nas tipologias de ação do Programa Açores 2030;

c) Enquadramento nos pressupostos do objetivo específico deste Aviso;

d) Estar em conformidade com a Estratégia da Educação Açores 2030;

- e) Demonstrar adequado grau de maturidade das operações, que consiste na apresentação da decisão de contratar relativa ao procedimento de contratação pública mais relevante (com maior peso financeiro);
- f) Dispor dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- g) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento bem como o calendário de realização de cada uma das ações a executar no âmbito da candidatura, de modo a comprovar as datas de realização física e financeira da operação;
- h) Deter a propriedade do terreno ou do direito de superfície por pelo menos 25 anos se outro limite temporal não estiver legalmente fixado;
- i) Cumprir as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes, se aplicável;
- j) Garantir a resistência às alterações climáticas dos investimentos em infraestruturas com um prazo de vida útil previsto, de, pelo menos, cinco anos;
- k) Evidenciar o cumprimento da legislação ambiental, se aplicável;
- l) Evidenciar o cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado, sempre que aplicável;
- m) A operação tem em consideração o cumprimento dos Princípios horizontais e deverá ser garantido a acessibilidade para pessoas com deficiência conforme previsto no Regulamento 2021/1060 - Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021;
- n) Respeitar o princípio de «não prejudicar significativamente», ou seja, não causar danos significativos aos objetivos ambientais estabelecidos pelo artigo 17º do Regulamento de Taxonomia (Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020;
- o) Garantir que as operações selecionadas apresentem a melhor relação possível entre o montante do apoio, as atividades realizadas e a consecução dos objetivos com vista à otimização do investimento na perspetiva do interesse público. Tratando-se de uma operação com um custo total elegível igual ou superior a 1.450.000,00 €, que gere receitas na sua fase de exploração e que não constitua um auxílio de Estado, deverá ser apresentado um estudo de viabilidade, de modo a demonstrar que o apoio solicitado corresponde ao montante necessário para garantir a viabilidade económico-financeira dos investimento, incluindo a análise da procura, das opções e os resultados e a análise financeira que apure as necessidades de financiamento comunitário, tendo em conta as receitas líquidas previstas, que deve ser efetuada do ponto de vista do proprietário e/ou operador do projeto, permitindo verificar os fluxos de caixa e garantir saldos positivos de tesouraria, a fim de determinar a sustentabilidade financeira e calcular os índices de rentabilidade financeira do investimento no projeto e do capital, com base em fluxos de caixa atualizados. Para as operações com um custo total elegível igual ou superior a 1.450.000,00 € que não constituam um auxílio de Estado e que não gerem receitas em fase de exploração, deverá ser apresentado um documento com a respetiva fundamentação;

- p) Verificar que o beneficiário dispõe dos recursos e mecanismos financeiros necessários para cobrir os custos de exploração e de manutenção no quadro das operações que incluam investimentos em infraestruturas ou investimentos produtivos, de modo a assegurar a sua sustentabilidade financeira;
- q) Não se encontra materialmente concluída ou totalmente executada antes da apresentação do pedido de financiamento, quer todos os pagamentos correspondentes tenham ou não sido efetuados, não podem ser selecionadas para apoio dos Fundos, de acordo com o disposto no nº 6 do artigo 63º, do Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021;
- r) Demonstração da razoabilidade dos custos associados à infraestrutura em comparação com os investimentos médios semelhantes realizados na Região;
- s) Os investimentos financiados neste OE devem respeitar o seguinte:
- No que se refere a novas construções de infraestruturas de ensino na RAA e de infraestruturas escolares da primeira infância, se o objetivo das medidas disser respeito à construção de novos edifícios com uma procura de energia primária inferior em, pelo menos, 20 % ao requisito NZEB (edifícios com necessidades quase nulas de energia, diretivas nacionais – do inglês "nearly zero-energy building, national directives");
 - No que se refere à requalificação de infraestruturas de ensino na RAA e de infraestruturas escolares da primeira infância, serão respeitados os requisitos associados à mobilização do DI 045, se o objetivo da medida consistir em alcançar, em média, a) pelo menos uma renovação de grau médio, tal como definido na Recomendação (UE) 2019/786 da Comissão, ou b) uma redução de, pelo menos, 30 % das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa em comparação com as emissões ex ante.
- t) Intervenções de reconversão que alterem o uso das infraestruturas cofinanciadas há menos de 10 anos.

Modalidade de apresentação de candidaturas

Individual

Número máximo de candidaturas

N.A

Duração das operações

N.A

Condições de atribuição de financiamento da operação

Cumprir as condições fixadas respeitantes ao enquadramento do beneficiário e da candidatura no presente Aviso.

Cumprir as obrigações e as condições gerais e específicas de elegibilidade do beneficiário e das operações, definidas na legislação em vigor, nomeadamente, no Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho e no Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030.

Obter uma classificação final igual ou superior a 3 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia definida neste Aviso, e desde que tenha cabimento dentro da dotação do FEDER.



Salienta-se que a apresentação de candidaturas se processa em contínuo.

Auxílios de Estado

- ☐ **Aplicável?** **Enquadrar:**
- ☐ Regulamento Geral de Isenção de Categoria
 - ☐ Auxílios *de minimis*
 - ☐ Notificação à Comissão Europeia
 - ☐ Serviço de Interesse Económico Geral

- ☒ **Não Aplicável?** Não aplicável caso as ações não visem a utilização para atividades produtivas/económicas, a comprovar na candidatura.

Formas de apoios

- ☒ **Subvenção**
- ☒ Custos reais
 - ☐ Custos Unitários ☐ Em programa
 - ☐ Montantes Fixos ☐ Nacional
 - ☐ Taxa Fixa ☐ Em programa
 - ☐ Financiamento não associado a custos ☐ Nacional

- ☐ **Instrumento financeiro**

Custos elegíveis

Sem prejuízo do estabelecido no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 20 -A/2023, de 22 de março, são consideradas elegíveis a financiamento, os custos reais incorridos com a realização das operações elegíveis, designadamente:

- a) Estudos e projetos de execução;
- b) Aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação, por expropriação ou negociação direta, bem como eventuais indemnizações a arrendatários, de acordo com os limites e condições fixados;
- c) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia;

- d) Aquisição de equipamentos, sistemas de monitorização, informação, tecnológicos, material e software;
- e) Fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica;
- f) Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato, até ao limite de 5% do valor contratual elegível dos trabalhos efetivamente executados;

Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa (Quando aplicável)

Aplicam-se as regras gerais de elegibilidade das despesas fixadas nos Regulamentos Comunitários aplicáveis, nomeadamente, os Regulamentos (UE) nº 2021/1058 e nº 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, e no artigo 20º Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março.

Devem ainda ser consideradas as seguintes regras:

1. No recurso à subcontratação para realização das operações a cofinanciar não são admissíveis contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante do financiamento ou das despesas elegíveis da operação;
2. As despesas elegíveis a cofinanciamento relativas à aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação, por expropriação ou negociação direta, bem como eventuais indemnizações a arrendatários, estão limitadas a 10% do total da despesa total elegível da operação, desde que tenham sido previstas e se, cumulativamente, forem observadas as seguintes regras:
 - a) Exista uma relação direta entre os terrenos e os objetivos da operação, só podendo ser utilizados em conformidade com os objetivos da operação em causa;
 - b) Seja apresentada uma declaração de um avaliador independente e acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o custo não excede o valor do mercado, que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou, que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser retificados pelo beneficiário final no âmbito da operação;
 - c) O beneficiário comprove que nos sete anos precedentes, o custo do terreno não foi objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.
3. Em zonas degradadas e zonas anteriormente utilizadas para fins industriais que incluam edifícios, o limite de 10 % referido no n.º 2 pode aumentar para 15 % e desde que respeitadas as regras cumulativas referidas nas alíneas a) a c) do mesmo número.

Sem prejuízo do estabelecido no n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 20 -A/2023, de 22 de março, são consideradas não elegíveis as seguintes despesas:

- a) Encargos de operações financeiras, comissões e perdas cambiais e outras despesas meramente financeiras, excetuando-se desta regra os custos inerentes às diferentes modalidades de prestação de garantias, prestadas por bancos ou outras instituições, desde que estas sejam exigidas pela legislação nacional ou comunitária ou pela decisão da Comissão Europeia que aprova o Programa, ou pela Autoridade de Gestão competente;
- b) Funcionamento e manutenção das infraestruturas;
- c) Despesas de consumo corrente ou despesas de funcionamento;
- d) As contribuições em espécie, quer sejam bens móveis ou imóveis ou trabalho não remunerado;
- e) Os custos relacionados com a compra de bens em estado de uso;
- f) Trabalhos a mais, serviços a mais, bem como despesas decorrentes de trabalhos de suprimento de erros e omissões.

Formas de pagamento

☐ Adiantamentos %
 ☒ Reembolso
 ☒ Contra fatura

Os pagamentos são efetuados a título de adiantamento contra-fatura e reembolso respeitantes a custos efetivamente incorridos com a realização da operação e pagos pelo beneficiário e em conformidade com o artigo 28º do Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março.

Indicadores de realização

Programa	Programa Regional dos Açores 2021-2027	
Tipologia de intervenção	RSO4.2-01-01. Ensino pré-escolar, básico e secundário	
Tipologia de operação	4501 Infraestruturas do pré-escolar 4502 Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário 4503 Equipamento e tecnologia 4504 Creches (RAA)	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCO66	Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de acolhimento de crianças	peçoas
Descrição	Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de acolhimento de crianças (medida em número de crianças)	
Método de cálculo	Somatório das capacidades das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de acolhimento de crianças (medida em número de crianças)	

Indicadores de resultado

Programa	Programa Regional dos Açores 2021-2027
Tipologia de intervenção	RSO4.2-01-01. Ensino pré-escolar, básico e secundário
Tipologia de operação	4501 Infraestruturas do pré-escolar 4502 Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário

	4503 Equipamento e tecnologia 4504 Creches (RAA)	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCR70	Utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de acolhimento de crianças	utilizadores/ano
Descrição	Número anual de crianças matriculadas a usar a instalação de acolhimento de crianças, através de projetos apoiados	
Método de cálculo	Somatório do número anual de crianças matriculadas a usar a instalação de acolhimento de crianças, através de projetos apoiados	

Critérios de seleção das operações aprovados em: 26/05/2023

Obrigações dos beneficiários em matéria de notoriedade, transparência e comunicação

Os beneficiários estão obrigados a cumprir as regras de comunicação constantes nas disposições regionais, nacionais e europeias aplicáveis, bem como as normas e especificações técnicas que venham a ser instituídas pela Autoridade de Gestão. O incumprimento das obrigações relativas a informação e publicidade podem dar origem à redução até 3% dos fundos europeus afetos à operação, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º do Regulamento (EU) 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho.

Entidades que intervêm no processo

Autoridade de Gestão do Programa Regional dos Açores 2021-2027: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Processo de admissão e seleção das candidaturas

No processo de admissão e seleção das candidaturas devem ser cumpridas, nomeadamente, as disposições previstas nos artigos dos artigos 24º, 25º e 26º do DL 20-A/2023 de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030.

Apresentação

Como se apresentam

- As candidaturas são apresentadas:

- Online no Balcão dos Fundos em balcaofundosue.pt

- Vai precisar de preencher o formulário de candidatura e entregar os documentos listados em [Anexo A – Candidatura >](#)
[Documentos necessários para apresentar uma candidatura](#)

- Estão disponíveis os seguintes materiais de apoio:

- Anexo I – Minuta da Declaração de Compromisso do Beneficiário
- Anexo II - Check-list IGT e Ambiente
- Anexo III - Check-list Igualdade de Oportunidades
- Anexo IV – Check-list de verificação do cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado
- Anexo V - Check-list de DNSH
- Anexo VI – Minuta da Declaração IVA
- Anexo VII – Minuta da Declaração não conclusão da operação
- Anexo VIII – Minuta da Declaração de Sustentabilidade
- Anexo IX – Modelo Preenchimento EVF - Açores 2030

Quais são os critérios de seleção

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, sendo que a avaliação é feita por aplicação da metodologia e dos critérios de seleção aprovados em 26 de maio de 2023, pelo Comité de Acompanhamento do Açores 2030.

Os critérios de seleção de Nível I a aplicar no presente Aviso são:

AE. Adequação à Estratégia, com uma ponderação de 30%;

I. Impacto, com uma ponderação de 35%;

C. Capacidade de Execução, com uma ponderação de 25%;

Q. Qualidade, com uma ponderação de 10%.

No processo de seleção das operações é efetuada uma Avaliação de mérito absoluto.

A classificação final de mérito da candidatura é atribuída numa escala de [0...5], por agregação das classificações de cada critério e subcritério, resultando da aplicação dos coeficientes de ponderação definidos para o Aviso (conforme consta do Anexo A - Grelha critérios seleção onde contém informação sobre Critério N1, Subcritério N2 e os Parâmetros de Avaliação e Pontuação).

A avaliação de cada critério, terá em conta a classificação dos respetivos subcritérios N2.

A classificação final será estabelecida até à 2ª casa decimal.

As candidaturas serão selecionadas com base numa avaliação de mérito absoluto, desde que tenham uma classificação final igual ou superior a 3,00.

O Mérito do Projeto (MP) da candidatura é estabelecido por agregação das Classificações dos Critérios, dos Subcritérios e das respetivas Ponderações, através da aplicação da seguinte fórmula:



$$MP = 0,30AE + 0,35I + 0,25CE + 0,10Q$$



Como funciona o processo de análise e decisão das candidaturas

Calendário de candidaturas

Abertura	25-07-2025
Fecho	31-12-2025

Processo de análise e decisão

O processo de análise e de decisão das candidaturas abrange o seguinte:

- Verificação das condições gerais de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstas na regulamentação europeia e legislação nacional (Decreto-Lei n.º 20-A/ 2023 de 22 de março);
- Verificação dos critérios específicos de elegibilidade dos beneficiários e das operações, definidos na regulamentação específica e/ou no Aviso;
- Avaliação do mérito das candidaturas, com base na metodologia e nos critérios de seleção, aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa, e constantes do Anexo A-Critérios de Seleção e em conformidade com o ponto “Quais são os critérios de seleção” do presente Aviso;
- Decisão sobre o financiamento das candidaturas em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

Decisão sobre as candidaturas

A Autoridade de Gestão analisa a informação constante do formulário de candidatura e documentos anexos.

A decisão fundamentada é proferida no prazo de 60 dias, contados a partir da data de submissão da candidatura e notificada ao candidato no prazo máximo de 5 dias, a contar da data da sua emissão, conjuntamente com o respetivo termo de aceitação.

O prazo atrás referido não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados e pode ser alargado por até mais 30 dias:

- Em caso de apresentação de alegações em sede de audiência de interessados; ou
- Em situações excecionais devidamente fundamentadas, designadamente quando se registre uma elevada procura, devendo o novo prazo ser publicitado na primeira metade do prazo para a Decisão definido no Aviso para apresentação de candidaturas



Quando sejam solicitados ao candidato elementos em falta ou esclarecimentos, o que só pode ocorrer uma única vez, o prazo suspende-se.

Sob pena de caducidade imediata da candidatura, os elementos solicitados devem ser remetidos no prazo fixado pela autoridade gestão contados da receção do pedido de elementos adicionais, salvo se o candidato apresentar justificação e a mesma venha a ser aceite pela autoridade de gestão, na falta dos quais prossegue a análise da candidatura com os elementos disponíveis.

A decisão sobre as candidaturas pode ser de:

- a) Aprovação, total ou parcial face ao solicitado;
- b) Não aprovação;
- c) Aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos, cuja verificação pode ocorrer em momento posterior, nos termos previstos na decisão de aprovação da autoridade de gestão, sob pena da sua caducidade.

Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas

As entidades que se candidatam ao apoio recebem as notificações da proposta de decisão e da decisão final:

- na sua área reservada no Balcão dos Fundos
- através do serviço público de notificações eletrónicas (SPNE)

Aceitação ou não aceitação da decisão

É enviada uma notificação às entidades que se candidataram a decisão final sobre a sua candidatura, que pode ser de aprovação, total ou parcial, não aprovação ou aprovação condicionada.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura é feita pelo beneficiário mediante assinatura do termo de aceitação, através de assinatura digital qualificada, com atributos profissionais suficientes para o ato, no Balcão dos Fundos, que comprove os poderes de representação do beneficiário pelo subscritor, no prazo de 30 dias.

Onde são publicadas as listas das candidaturas aprovadas

Onde são publicadas as listas de candidaturas aprovadas:

- No site do Programa Açores 2030;
- No site do Portugal 2030.



Pedidos de alteração à candidatura

Alterações aos elementos constantes do termo de aceitação estão sujeitas a nova decisão da autoridade de gestão.

É necessária a assinatura de um novo termo de aceitação, caso se trate de alterações aos elementos de identificação dos beneficiários e seus representantes legais, incluindo, quando aplicável, todos os que participam nas operações em cooperação, à identificação do programa, do fundo, da prioridade, do objetivo específico, da tipologia de intervenção e/ou operação ou, ainda, alterações ao montante do apoio público e a respetiva taxa de cofinanciamento, com explicitação das fontes de financiamento europeu e nacional ou aos indicadores de realização e resultado e as metas a atingir.

A decisão sobre a candidatura pode ser de aprovação, não aprovação ou de aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos.



Anexos

Anexo A - Candidatura

1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura
2. Critérios de Seleção

Anexo B – Legislação aplicável a este Aviso

Europeia

Nacional

Regional

Anexo A – 1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, conforme aplicável, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”, na linha designada “documentos para a memória descritiva”:

I – Documentos respeitantes aos critérios de elegibilidade do beneficiário:

1. Declaração de Compromisso do beneficiário em modelo disponibilizado pela AG;
2. Inscrição do projeto em orçamento e/ou plano de atividades que demonstre a capacidade de financiamento da operação (contrapartida regional);
3. Documento que evidencie a desistência da candidatura, caso tenha sido apresentada e/ou aprovada a/por outro PO, e a confirmação da Autoridade de Gestão (AG) do outro PO dessa desistência (ofício ou outro meio escrito);
4. Documento que ateste estar legalmente habilitado a desenvolver as ações abrangidas pela operação (ex: Orgânica, Estatutos, etc);
5. Declaração do IVA.

II – Documentos respeitantes aos critérios de elegibilidade da operação:

6. Descrição da operação a desenvolver, evidenciando o seu enquadramento nas tipologias de ação do presente Aviso, caracterizando o conjunto das atividades, a sua articulação e coerência interna;
7. Justificação da necessidade e da oportunidade da realização da operação, bem como evidenciando o enquadramento nos pressupostos do objetivo específico deste Aviso;
8. Evidência de enquadramento na Estratégia da Educação Açores 2030;
9. Documentação justificativa dos indicadores previstos na candidatura;
10. Evidência de Cumprimento de Grau de Maturidade;
11. Documentação justificativa dos custos de investimento previstos na candidatura (ex: Lista de custos unitários para empreitada, documento de adjudicação, estudos, fiscalização, etc);
12. Documento(s) que comprove(m) a fase em que se encontra o investimento de acordo com o definido no Aviso para apresentação de candidatura;
13. Preenchimento da check list “IGT e Ambiente” e quando aplicável os seguintes documentos:
 - a. Documento(s) emitido(s) por entidades competentes que ateste(m) a conformidade da intervenção com os programas e planos territoriais em vigor, caso aplicável;



- b. Documento(s) emitido(s) por entidades competentes que ateste(m) a conformidade com os licenciamentos e autorizações favoráveis prévias à execução do investimento, ou pedidos às entidades competentes quando os mesmos não tenham ainda sido emitidos;
 - c. Documento(s) que comprovem o cumprimento da Diretiva 2011/92/UE e demais diretivas e legislação nacional relativa à avaliação do impacto ambiental e outras obrigações ambientais a que o projeto se encontre obrigado;
14. Preenchimento da Check-list de verificação do cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado;
 15. Preenchimento da check list “Igualdade de Oportunidades”;
 16. Documento que evidencie as orientações/ações a implementar para o cumprimento do Princípio “Do Not Significant Harm” (DNSH) na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, tendo em conta as conclusões do “Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Açores 2030”, disponível no site do Açores 2030, em particular as recomendações e os pressupostos associados às tipologias do presente aviso.
 17. Comprovativo da propriedade (Certidão do Registo Predial e Caderneta Predial) e, caso aplicável, da legitimidade de intervenção nos imóveis (terrenos, edifícios, frações) necessários à concretização da intervenção;
 18. A apresentação do Estudo de Viabilidade Financeira (EVF), caso aplicável;
 19. Declaração de não conclusão;
 20. Declaração de Sustentabilidade;
 21. Estudos e Projetos técnicos da operação, incluindo as seguintes peças: Memória descritiva e orçamento detalhado;
 22. O investimento em construções de novos edifícios tem de apresentar um Pré-Certificado Energético;
 23. Investimentos em renovação/requalificação de infraestruturas tem de apresentar o Certificado Energético do edifício existente;
 24. Investimentos em renovação/requalificação de infraestruturas tem de apresentar o relatório do engenheiro certificado com aplicação das obras do projeto;
 25. Outros documentos que a entidade considere relevantes para a análise técnica e financeira da candidatura.



Anexo A – 2. Critérios de seleção

Para efeitos de análise e seleção das candidaturas, os critérios Nível I são densificados através de ponderações dos subcritérios de nível 2 da seguinte forma:

- A pontuação do critério de 1.º nível AE - Adequação à estratégia é calculada do seguinte modo:

$$AE = 0,50 * AE\ 1.1 + 0,50 * AE\ 1.3$$

- A pontuação do critério de 1.º nível I – Impacto é calculada do seguinte modo:

$$I = 0,50 * I\ 2.4 + 0,50 * I\ 2.23$$

- A pontuação do critério de 1.º nível C - Capacidade de Execução é calculada do seguinte modo:

$$C = 0,50 * C\ 3.1 + 0,50 * C\ 3.5$$

- A pontuação do critério de 1.º nível Q – Qualidade é calculada do seguinte modo:

$$Q = 1 * Q\ 4.5$$

Os Parâmetros de Avaliação dos subcritérios de nível 2 são os seguintes:

Critérios de Seleção N1	Subcritério N2	Parâmetros de Avaliação
AE - Adequação à Estratégia	AE 1.1 Contributo do projeto para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta	Mede o contributo da operação para a meta do indicador de resultado definido para o Objetivo Específico, nomeadamente o número de crianças matriculadas a utilizar a instalação de acolhimento de crianças, do seguinte modo: a) O número de utilizadores que ocupam até 25% da capacidade das instalações de acolhimento de crianças – 1 ponto; b) O número de utilizadores que ocupam entre 25% a 50% da capacidade das instalações de acolhimento de crianças – 3 ponto; c) O número de utilizadores que ocupam mais de 50% da capacidade das instalações de acolhimento de crianças – 5 ponto.
	AE 1.3 Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	Mede o grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental, através da utilização eficiente e sustentável de recursos. Para efeitos de valoração deste critério as medidas que contribuem são as seguintes: • Promoção das melhores práticas conhecidas (reutilização em lugar de destruição); • Concursos públicos ecológicos (inclusão de critérios de adjudicação “amigos” do desenvolvimento sustentável); • Soluções de eficiência energética nas infraestruturas e/ou equipamentos; • Inclusão de novas tecnologias ou dispositivos eficientes; • Inclusão de medidas para mitigar e reduzir os eventuais impactos ambientais negativo; • Incorporação de critérios de sustentabilidade, designadamente tendo em conta as alterações climáticas e as recomendações patrimoniais e ambientais; • Contributo da operação para a neutralidade Carbónica; • Contribuição para a restauração da biodiversidade;



		• Provisão de uma metodologia de monitorização ambiental das áreas sujeitas a intervenção; • Coerência dos habitats e das espécies preservadas. a) Sem incorporação de medidas - 0 pontos; b) Incorporação de 1 medida - 1 ponto; c) Incorporação de 2 a 3 medidas – 3 pontos; d) Incorporação de mais de 3 medidas – 5 pontos.
I - Impacto	I 2.4 Abrangência do público-alvo e/ou cobertura geográfica e populacional da operação	Mede a abrangência do público-alvo da operação, sendo valorizadas as operações que tenham um impacto populacional mais abrangente. a) Valoração Nula - 0 pontos; b) Valoração Reduzida - 1 ponto; c) Valoração Média - 3 pontos; d) Valoração Elevada - 5 pontos.
	I 2.23 Grau de contribuição da operação para a satisfação de necessidades sociais ou coletivas, em particular ao nível local ou regional	Mede o grau de disponibilização de serviços ou de instalações à comunidade, do seguinte modo: a) Sem disponibilização de serviços ou de instalações à comunidade - 0 pontos; b) Com disponibilização de serviços ou de instalações para uso exclusivo do sistema educativo - 1 ponto; c) Com disponibilização de serviços ou de instalações para sistema educativo e instituições - 3 pontos; d) Com disponibilização de serviços ou de instalações à comunidade - 5 pontos.
C - Capacidade de Execução	C 3.1 Adequação dos meios físicos e tecnológicos às ações propostas	Mede a robustez da equipa responsável pela operação, incluindo o planeamento, a execução, o acompanhamento e monitorização da operação, através dos recursos técnicos disponíveis e a adequação dos meios físicos, sendo estes verificados tendo em conta as seguintes dimensões: recursos humanos, meios técnicos e meios físicos. a) Não existe fundamentação ou a mesma é insuficiente para demonstrar a sua adequação aos objetivos pretendidos - 0 pontos; b) São fundamentadamente adequadas a uma dimensão, face aos objetivos pretendidos - 1 ponto; c) São fundamentadamente adequados a duas dimensões, face aos objetivos pretendidos - 3 pontos; d) São fundamentadamente adequados às três dimensões, face aos objetivos pretendidos - 5 pontos.
	C 3.5 Grau de maturidade do projeto	Mede o grau de maturidade da operação através do nível de consolidação administrativa e financeira apresentada relativamente à ação de maior relevo no seio da operação, do seguinte modo: a) Procedimento contratual com decisão de contratar - 3 pontos; b) Procedimento contratual com contratualização - 5 pontos.
Q - Qualidade	Q 4.5 Coerência e adequação do projeto e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	Mede o grau de coerência do plano de investimentos com as ações propostas e a razoabilidade orçamental da estrutura de custos que responde às necessidades e objetivos visados. a) Valoração Nula - 0 pontos; b) Valoração Reduzida - 1 ponto; c) Valoração Média - 3 pontos; d) Valoração Elevada - 5 pontos.

Anexo B Legislação aplicável a este Aviso

Europeia

- Regulamento das Disposições Comuns (RDC) - Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho;
- Regulamento (UE) relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão (FEDER/FC) 2021/1058 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho;
- Regulamento (UE) 2016/679 relativo a tratamento de dados pessoais do Parlamento Europeu e do Conselho;
- Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão, de 16 de junho de 2014, que declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado Texto relevante para efeitos do EEE;
- Regulamento (UE) n.º 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020.

Nacional

- Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro de 2023 (Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027);
- Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030;
- Leis n.ºs 58/2019 e n.º 59/2019, ambas de 8 de agosto, sobre tratamento de dados pessoais.

Regional

- Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2023/A, de 23 de março, que estabelece o modelo de governação e competências da Autoridade de Gestão do Programa da Região Autónoma dos Açores 2021-2027.